

**CPRT**

COMISSÃO DE POLÍTICA  
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

# **RADAR** TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 5 – Número 0303 – 15/05 à 19/05/2023

# SUMÁRIO

---

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
  - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
  - e-Social
  - Outras Notícias
  - Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

---

## Destaque da Semana

### [STF retoma hoje julgamento que pode impactar demissão sem justa causa](#)

Migalhas - 08/05/2023

STF retomou nesta sexta-feira, 19, julgamento de importante questão trabalhista: os ministros analisam a validade do decreto 2.100/96, de FHC, pelo qual o então presidente da República excluiu o Brasil da Convenção 158 da OIT.

A convenção protege o trabalhador de demissões arbitrárias. Sendo assim, o julgamento pode impactar as demissões sem justa causa.

O julgamento se arrasta há 26 anos e teve sucessivos pedidos de vista. Agora, análise segue em plenário virtual, com encerramento previsto para 26 de maio.

Interessante observar que já há nove votos proferidos, em ao menos três sentidos diversos; houve seis pedidos de vista, e seis ministros não estão mais no STF.

#### **O decreto**

Em 20 de dezembro de 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso tornou público que a Convenção 158 da OIT deixaria de ser cumprida no Brasil por ter sido denunciada por nota do governo brasileiro à Organização Internacional do Trabalho. A denúncia foi registrada em 20 de novembro de 1996.

## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [STF e TST assinam acordo para compartilhar informações sobre demandas repetitivas](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/05/2023

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Lelio Bentes Corrêa, e o vice-presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, assinaram nesta quarta-feira (17) acordo de cooperação técnica para compartilhamento de informações. O objetivo é reduzir a litigiosidade e a atuação jurisdicional repetitiva de ambos os Tribunais, além de buscar a automatização de rotinas de acesso a dados processuais.

### [Dispensa de gerente com doença psiquiátrica incapacitante é considerada discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/05/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Banco Santander (Brasil) S.A. a pagar R\$ 30 mil de indenização a uma gerente de relacionamento dispensada após ter sido diagnosticada com estresse pós-traumático e transtorno de pânico. Segundo o colegiado, não há notícias de que a ruptura do contrato tenha ocorrido por outro motivo senão estigma e preconceito.

### [Podcast Trabalho em Pauta aborda o metaverso no mercado de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/05/2023

O último episódio da sexta temporada do podcast Trabalho em Pauta traz como tema o metaverso no mercado de trabalho. Essa tecnologia imersiva está em rápido desenvolvimento, o que atrai o interesse de investidores e de empresas. Mas quais serão os efeitos desses novos espaços virtuais nas profissões? Será necessário desen-

volver novas competências para usar e trabalhar com metaverso?

### [Servente receberá adicional de insalubridade acima do previsto em convenção coletiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/05/2023

Uma servente de limpeza de Florianópolis (SC) deverá receber adicional de insalubridade em grau máximo (40%), apesar de a convenção coletiva da categoria prever o pagamento da parcela em grau médio (20%). Ao rejeitar o recurso da empresa, a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho observou que enquadramento das atividades tipificadas como insalubres é matéria de ordem pública e não pode ser objeto de negociação coletiva.

### [Empresas de limpeza são condenadas por instalar câmeras em banheiros e vestiários](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/05/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou duas empresas de limpeza de Mauá (SP) a indenizar um encarregado de produção que tinha o tempo de uso dos banheiros e vestiários controlado por meio de câmeras de vigilância. Segundo o colegiado, submeter o empregado a vexame, ainda que restrito ao ambiente de trabalho, é comportamento típico de assédio moral.

### [TST, OIT e Enamat assinam memorando para promoção do trabalho decente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/05/2023

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, assinou nesta terça-feira (16) memorando de entendimento com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) visando à cooperação para promover o trabalho decente e o cumprimento das normas trabalhistas internacionais vigentes no Brasil.

### [Banco do Brasil consegue afastar pagamento de anuênios suprimidos por norma coletiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/05/2023

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou o Banco do Brasil S.A. de pagar a uma empregada de Brasília (DF) diferenças de anuênios suprimidos por norma coletiva. Para o colegiado, a parcela não é um direito indisponível e, portanto, pode ser objeto de negociação.

[Mães enfrentam assédio materno e outras dificuldades para se manterem no mercado de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/05/2023

Segundo a ministra Maria Helena Mallmann, a maternidade tem sido apontada, em várias pesquisas, como variável determinante para a violência e a discriminação das mulheres.

## Notícias do Executivo

### [Luiz Marinho participa do lançamento da Frente Parlamentar pelo Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão em São Paulo](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/05/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou nesta sexta-feira (19), do lançamento da Frente Parlamentar pelo Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão no estado de São Paulo. Proposto pelo deputado estadual Paulo Fiorilo (PT), a instalação da Frente Parlamentar tem o intuito de contribuir significativamente para a erradicação do trabalho degradante, por meio da elaboração e aprimoramento de leis, fiscalização, monitoramento e conscientização.

### [MTE e governo da Bahia assinam Protocolo de Intenções para implantação do Novo SineBahia e Escola do Trabalhador 4.0](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/05/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou, nesta quinta-feira (18), do lançamento do programa Juventude Produtiva, do governo da Bahia, com o objetivo de criar oportunidades de inserção, qualificação e trabalho para jovens entre 16 e 29 anos. Durante a cerimônia, o ministro Luiz Marinho e o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, assinaram Protocolo de Intenções para implantação do Novo SineBahia como projeto-piloto nacional e anunciou também a Escola do Trabalhador 4.0. Com investimento de R\$ 8,1 milhões, a ação beneficiará 17.040 jovens baianos, por meio de duas frentes: inserção no mercado de trabalho e empreendedorismo.

### [Fiscalização do Trabalho do MTE é destaque na XV Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/05/2023

O secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Francisco Macena, participou, na terça-feira (16), da abertura da XV Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que acontece em Benguela, na Angola. Durante seu discurso, Francisco Macena ressaltou a importância da agenda de defesa do trabalho decente, destacando busca por uma justiça social e trabalho digno para todos, que é o tema do Encontro.

[Previdência Social facilita acesso ao auxílio por incapacidade temporária com suporte gratuito de sindicatos no uso do Atestmed](#)

Ministério da Previdência Social - 19/05/2023

O Ministério da Previdência Social (MPS) facilitou, em São Paulo, a partir dessa sexta-feira (19), o acesso ao auxílio por incapacidade temporária - antigo auxílio - com a disponibilização de suporte gratuito de sindicatos para o preenchimento de requerimento digital no Atestmed, sistema federal de gestão que permite a análise do atestado médico via “Meu INSS” e pode dispensar a perícia presencial. Com mais de 40 entidades sindicais presentes, o acordo de cooperação técnica com a Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo (Fecomercários-SP) foi assinado pelo ministro Carlos Lupi.

[Ministério e Confederação Nacional de Serviços discutem financiamento da Previdência Social](#)

Ministério da Previdência Social - 18/05/2023

O Ministério da Previdência Social (MPS) e a Confederação Nacional de Serviços (CNS) discutiram, nesta terça-feira (16), o financiamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A entidade sindical apresentou alternativas atreladas à desoneração da folha de pagamentos, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)..

[Segurados do INSS terão suporte para requerer benefício por meio de análise documental](#)

Ministério da Previdência Social - 16/05/2023

A Portaria nº 1.573, publicada nesta terça-feira (16), no Diário Oficial da União (DOU), estabelece as diretrizes para formalização, gestão e operacionalização dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) do Serviço de Suporte ao Segurado no Requerimento de Benefícios por Incapacidade Temporária Documental (Atestmed). Os Acordos de Cooperação Técnica estabelecem que o Ministério da Previdência Social (MPS) irá capacitar colaboradores para auxiliarem na efetivação dos requerimentos no sistema Meu INSS, enquanto as Confederações, Federações, Sindicatos, Administração Pública, Organizações da Sociedade Civil, Entidades Privadas e representantes dos trabalhadores em geral irão disponibilizar locais e equipamentos eletrônicos para a efetivação dos requerimentos.



## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Após oferta de emprego frustrada, empresa de engenharia irá custear retorno de trabalhadores para casa](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/05/2023

Todos os trabalhadores reprovados nos testes práticos de solda aplicados pela Enesa Engenharia S/A, no município de Ribas do Rio Pardo, e que necessitam retornar às suas respectivas cidades de origem, terão direito ao fornecimento de transporte aéreo custeado pela empresa. Esse compromisso faz parte de um conjunto de medidas conciliadas na última sexta-feira (12), durante audiência conduzida pelo procurador Paulo Douglas Almeida de Moraes e pelo auditor-fiscal do Trabalho Kleber Pereira de Araújo e Silva, na sede do Ministério Público do Trabalho em Campo Grande.

[MPT e TSE firmam acordo para fortalecer combate ao assédio eleitoral no trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/05/2023

Prevenir e reprimir o assédio eleitoral no trabalho. Esse é o objetivo do acordo de cooperação técnica firmado nesta terça-feira (16) entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A solenidade contou com a presença do procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, e do presidente do TSE, Alexandre de Moraes.

[MPT promove debate sobre inclusão de jovens negros e negras no mercado de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/05/2023

O Ministério Público do Trabalho realizou na tarde desta terça-feira (16), roda de con-

versa para debater a inclusão de jovens negros e negras, em cargos de poder, no mercado de trabalho. O debate foi promovido pelo Projeto Estratégico Nacional Inclusão Social de Jovens Negras e Negros no Mercado de Trabalho, da Coordenadoria de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) do MPT.

### [MPT em Pernambuco recebe novo procurador regional do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/05/2023

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) passa a contar com o procurador Regional do Trabalho Eduardo Varandas Araruna como integrante do colegiado de membros da regional. Ele passa a responder pelo 4º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região (PRT6), no Recife. Essa é a segunda passagem de Eduardo Varandas por Pernambuco, que já atuou na PRT6 em 2001.

## **Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho**

[Auditores-Fiscais resgatam 1.201 trabalhadores de situação degradante neste primeiro quadrimestre no país](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 19/05/2023

Neste primeiro quadrimestre, até o dia 1º de maio, foram 1.201 trabalhadores resgatados do trabalho análogo à escravidão no país pelos Auditores-Fiscais do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Desde janeiro, foram realizadas 97 ações fiscais de combate ao trabalho escravo pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), que permitiu o pagamento de R\$ R\$ 4.996.742,97 em verbas salariais e rescisórias para as vítimas resgatadas.

[Ministro do Trabalho declara à Folha que concurso para Auditor-Fiscal do trabalho será realizado ainda este ano](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 19/05/2023

Matéria da Folha de São Paulo repercutiu nesta sexta-feira, 19 de maio, declaração do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, em que afirma que será realizado concurso para o cargo de Auditor-Fiscal do trabalho, ainda neste ano, com o objetivo de reforçar o quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho.

[SINAIT defende transferência da Conatrae para Ministério do Trabalho e Emprego](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 19/05/2023

A eventual transferência da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo

(Contrae) para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi discutida em reunião extraordinária da Comissão nesta sexta-feira, 19 de maio. O vice-presidente do SINAIT, Carlos Silva, fez uma defesa contundente a favor da transferência. A diretora Vera Jatobá também participou da reunião pelo SINAIT.

### [Estatuto do Trabalho – SINAIT debate legislação e relações trabalhistas na Comissão de Direitos Humanos do Senado](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 15/05/2023

A Auditora-Fiscal do Trabalho Ana Luíza Horcades, chefe da Seção de Segurança e Saúde no Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho (SST/SRT-RJ), representou o SINAIT durante o debate do “Estatuto do Trabalho”, nesta manhã de segunda-feira, 15 de maio, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, em Brasília. O objetivo da Comissão, sob mediação do presidente, senador Paulo Paim (PT/RS), foi o de instruir a Casa sobre a sugestão legislativa para a criação do Estatuto do Trabalho (SUG 12/2018).

## Notícias do e-Social

[Liberado o envio de eventos de folha para o eSocial após publicação de portaria que reajusta valores previdenciários a partir de maio/2023](#)

eSocial - 18/05/2023

Foi publicada no dia 08/05/2023 a [Portaria Interministerial MPS/MF nº 27, de 04/05/2023](#), do Ministério da Previdência Social e do Ministério da Fazenda, que atualiza a tabela de faixas para atribuição de alíquotas previdenciárias, bem como limite de salários de contribuição ao INSS, com base no novo salário mínimo nacional de R\$ 1.320,00, válido a partir do dia 01/05/2023.

## Outras Notícias

### [“A um passo da solução”: a Semana Nacional de Conciliação Trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 21/05/2023

A Semana Nacional de Conciliação é um evento anual promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com os 24 Tribunais Regionais do Trabalho, que tem como objetivo incentivar a solução de conflitos por meio da conciliação. Em 2023, o evento está marcado para o período de 22 a 26 de maio e o lema desse ano é “A um passo da solução”, estando na sua 7ª edição.

### [Empresa é condenada por não homologar rescisões após Reforma Trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 21/05/2023

A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa a pagar multa prevista em convenção coletiva por não submeter à homologação sindical as rescisões de contratos de empregados.

### [Parcelamento do débito na execução trabalhista: direito ou faculdade do juízo?](#)

Consultor Jurídico - 20/05/2023

As dificuldades na efetividade dos processos de execução não são novidades para operadores do direito e nem mesmo para os jurisdicionados, tanto que, no âmbito da Justiça do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) editou a Resolução nº 279, de 20 de novembro de 2020, na qual instituiu, dentre os programas e políticas permanentes, o de efetividade da execução trabalhista (artigo 2º, IV da Resolução 279/2020).

## [O impacto financeiro da alteração da OJ 394 no cálculo das horas extras](#)

Consultor Jurídico - 19/05/2023

O recente julgamento do Incidente de Recurso Repetitivo 10169-57.2013.5.05.0024, ocorrido em 20/3/2023, alterou o entendimento prevalecente no TST (Tribunal Superior do Trabalho) há mais de dez anos, no que diz respeito aos reflexos de descanso semanal remunerado (DSR), decorrentes das horas extras prestadas com habitualidade.

## [Empresas devem indenizar funcionário por monitorar idas ao banheiro com câmeras](#)

Consultor Jurídico - 18/05/2023

Por constatar assédio moral, a 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou duas empresas de limpeza a indenizar em R\$ 3 mil um encarregado de produção cujo tempo de uso dos banheiros e vestiários era controlado por meio de câmeras de vigilância. O autor foi contratado por uma microempresa para prestar serviços a outra empresa do mesmo grupo econômico. Ele contou que as câmeras de segurança eram instaladas na porta de entrada dos banheiros e dos vestiários.

## [STF reacende a discussão em torno da contribuição assistencial](#)

Consultor Jurídico - 18/05/2023

A contribuição assistencial está prevista nos artigos 578 e 579 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os quais, até o início da vigência da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), instituíam que todos os empregados e profissionais liberais pertencentes a uma determinada categoria profissional deviam pagar a dita contribuição ao sindicato correspondente. É sabido que com o advento da reforma trabalhista essa contribuição perdeu seu caráter compulsório, passando a exigir a anuência prévia e expressa de cada participante da categoria econômica.

## [Problemas globais pedem legislação global, defende Giulio Prosperetti](#)

Consultor Jurídico - 18/05/2023

A única parte da Constituição da Itália que não está completamente implementada no país é a que se refere ao Direito do Trabalho. Esse diagnóstico é do ministro da

Corte Constitucional do país, Giulio Prosperetti. O jurista é um dos entrevistados da série “Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito”, da revista eletrônica Consultor Jurídico. Nela, algumas das mais influentes personalidades do Direito vão falar sobre os assuntos mais relevantes da atualidade.

### [Ação civil pública exige descumprimento reiterado de normas regulamentadoras](#)

Consultor Jurídico - 17/05/2023

A existência de regulamentação sobre as condições seguras de prestação de trabalho em altura, bem como de órgãos estatais de fiscalização e repressão das condutas irregulares, faz com que só se permita a intervenção judicial por meio de ação civil pública quando evidenciado descumprimento reiterado dessas normas.

### [Na luta contra o trabalho degradante, TST tenta enquadrar novas relações laborais](#)

Consultor Jurídico - 16/05/2023

Assegurar a eficácia do princípio da igualdade, valorizar a diversidade e reforçar a democracia. Estas são as bandeiras de gestão do ministro Lelio Bentes, que assumiu a Presidência do TST em outubro de 2022, com mandato até 2024, no lugar do ministro Emmanoel Pereira, que se aposentou. Já em seu discurso de posse, destacou a importância desse ramo do Poder Judiciário para o combate de todas as formas de discriminação e assédio.

### [Quiet quittinge quiet firing: implicações trabalhistas a empregado e empregador](#)

Consultor Jurídico - 16/05/2023

Inexistindo provas de que a doença foi adquirida no ambiente de trabalho e em razão das atividades profissionais do trabalhador, não há como se atribuir responsabilidade ao empregador pela sua conduta, quer omissiva, quer comissiva, em relação ao evento que acometeu o funcionário. O tema e a tese fixada são de extrema relevância, pois não raras são as anulações judiciais de acordos ou convenções coletivas nas cláusulas que interessam aos empregadores, mas mantidos os ônus assumidos em relação ao trabalhador, especialmente benefícios que, se não fossem negociados coletivamente, certamente não seriam concedidos, em razão da ausência de obrigação legal.



## [Aumenta o número de decisões judiciais contrárias à Constituição Federal](#)

Consultor Jurídico - 14/05/2023

O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de 67% das leis, normas administrativas e decisões judiciais analisadas no mérito em 2022, no todo ou em parte. Desde que o Anuário da Justiça iniciou o levantamento, em 2007, o maior índice foi registrado em 2011: 83% das ações foram julgadas procedentes. Naquele ano, o número de ações de controle concentrado de constitucionalidade era quase seis vezes menor: 65 casos foram decididos no mérito; em 2022, foram 382. Só a ministra Rosa Weber, presidente do STF, foi relatora de 65 dessas ações em 2022 – 77% delas procedentes.

## [Juiz limita a 30% descontos de dívidas em salário de professora](#)

Migalhas - 21/05/2023

Juiz de Direito Gustavo Hungria, da 1ª vara Cível de Simões Filho/BA, concedeu liminar para que descontos de dívidas tenham limite de 30% da renda líquida de professora da rede pública. O magistrado entendeu que a limitação garante a preservação do mínimo existencial da mulher.

## [Por não provar que pegou covid na empresa, mulher não será indenizada](#)

Migalhas - 20/05/2023

Juiz do Trabalho Renato de Oliveira Luz, da 11ª vara do Trabalho de Guarulhos/SP negou indenização a trabalhadora que alegou ter sido contaminada pelo vírus da covid-19 em seu ambiente de trabalho. Segundo o magistrado, caberia a autora apresentar prova do nexo causal, o que não ocorreu. Na Justiça, uma mulher afirma que durante o seu contrato de trabalho contraiu o coronavírus na empresa. Nesse sentido, pede indenização pelo ocorrido.

## [Trabalhadora que mudou de cidade fará audiência inicial online](#)

Migalhas - 18/05/2023

Em votação unânime, 3ª turma do TRT da 10ª região cassou decisão de 1º grau que negou a realização de audiência inicial em formato híbrido ou telepresencial para

uma trabalhadora que, após o fim do contrato de trabalho objeto da ação trabalhista, mudou-se para outra cidade, a mais de mil quilômetros da vara onde tramita o feito. A decisão, de acordo com o colegiado, fere o princípio constitucional do acesso à Justiça.

### [Empresa indenizará ex-empregada que levou chute na boca de gerente](#)

Migalhas - 18/05/2023

Justiça do Trabalho condenou um supermercado a pagar indenização por dano moral de R\$ 15 mil à ex-empregada agredida pela gerente quando o contrato de trabalho já estava encerrado. O ataque ocorreu quando a trabalhadora foi à empresa para receber seu acerto rescisório, por convocação da própria empregadora.

### [Motorista que sofreu acidente de trabalho será indenizada por empresa](#)

Migalhas - 17/05/2023

Mulher contratada para o cargo de motorista que sofreu acidente de trabalho ao manobrar caminhão da empresa será indenizada em R\$ 50 mil por danos morais. Na sentença, juíza do Trabalho substituta Dânia Carbonera Soares, da 1ª vara do Trabalho de Itumbiara/GO, concluiu que a empregadora não trouxe elementos que atestem a regularidade das condições de segurança do veículo utilizado.

### [Farmácia indenizará por negar licença-maternidade a empregada adotante](#)

Migalhas - 15/05/2023

11ª turma do TRT da 2ª região condenou uma rede de farmácias a pagar indenização substitutiva ao salário-maternidade a uma trabalhadora com guarda provisória de uma criança. Ela foi impedida de usufruir da licença-maternidade porque a empresa não a afastou da atividade remunerada, como previsto na legislação, o que gerou indeferimento do auxílio pelo INSS.

### [Brasil ingressa na Parceria Global contra discriminação de pessoas vivendo com HIV/AIDS](#)

Organização Internacional do Trabalho - 17/05/2023

Esta é a primeira vez que a Parceria é assinada com um governo e a participação da OIT. Com sua adesão, o Brasil se compromete a atuar contra o estigma e a discriminação relacionados às pessoas vivendo com HIV/AIDS nos contextos de serviços de saúde, espaços educacionais, locais de trabalho, sistema de justiça, ambiente doméstico e comunitário, sistemas de emergência e crises humanitárias.

### [Novo texto que regula trabalho em altura entra em vigor em julho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 18/05/2023

As medidas do novo texto da Norma Regulamentadora (NR) 35, com redação do Ministério do Trabalho, começam a valer em julho deste ano. O documento estabelece requisitos mínimos e medidas de proteção para o trabalho em altura para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores.

### [Seconci-SP alerta para o risco de glaucoma](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 18/05/2023

Doença que acomete os olhos, lesionando o nervo ótico e comprometendo a visão, o glaucoma atinge cerca de 3% dos brasileiros acima de 40 anos e é a principal causa de cegueira evitável no mundo, segundo dados da Sociedade Brasileira de Glaucoma.

### [Compliance sindical: o futuro da atuação sindical empresarial](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/05/2023

O comportamento atual dos sindicatos da indústria da construção perante as empresas e associados foi um dos temas de debate da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), durante o 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC). Com o tema “Compliance Sindical: O Futuro da Atuação Sindical Empresarial”, o painel reuniu representantes e especialistas dos setores para trazer uma visão ampla sobre o tema.

### [Seconci-MG: Saúde bucal dos colaboradores como prioridade](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/05/2023

Manter a saúde bucal é essencial para o bem-estar das pessoas e deve ser tema de atenção para empresas que se preocupam com a saúde de seus profissionais. Visando cuidar dos seus colaboradores, o Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Seconci-MG) dispõe de estrutura de atendimento odontológico, realizando procedimentos curativos e intervenções preventivas.

### [Os desafios para a capacitação do trabalhador da construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/05/2023

A capacitação dos trabalhadores da construção tem sido tema cada vez mais debatido dentro da engenharia civil. Visando o debate sobre o assunto, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) promoveu debate durante o 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), com especialistas no tema para discutir as questões fundamentais sobre o perfil dos profissionais e os desafios enfrentados nesse segmento.

## Atos Normativos

[PORTARIA MPS Nº 1.573, DE 10 DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 16/05/2023 Seção I Pág. 91) - Esta Portaria estabelece as diretrizes para formalização, gestão e operacionalização dos Acordos de Cooperação Técnica - ACTs do Serviço de Suporte ao Segurado no Requerimento de Benefícios por Incapacidade Temporária Documental e seus respectivos Acordos de Cooperação;

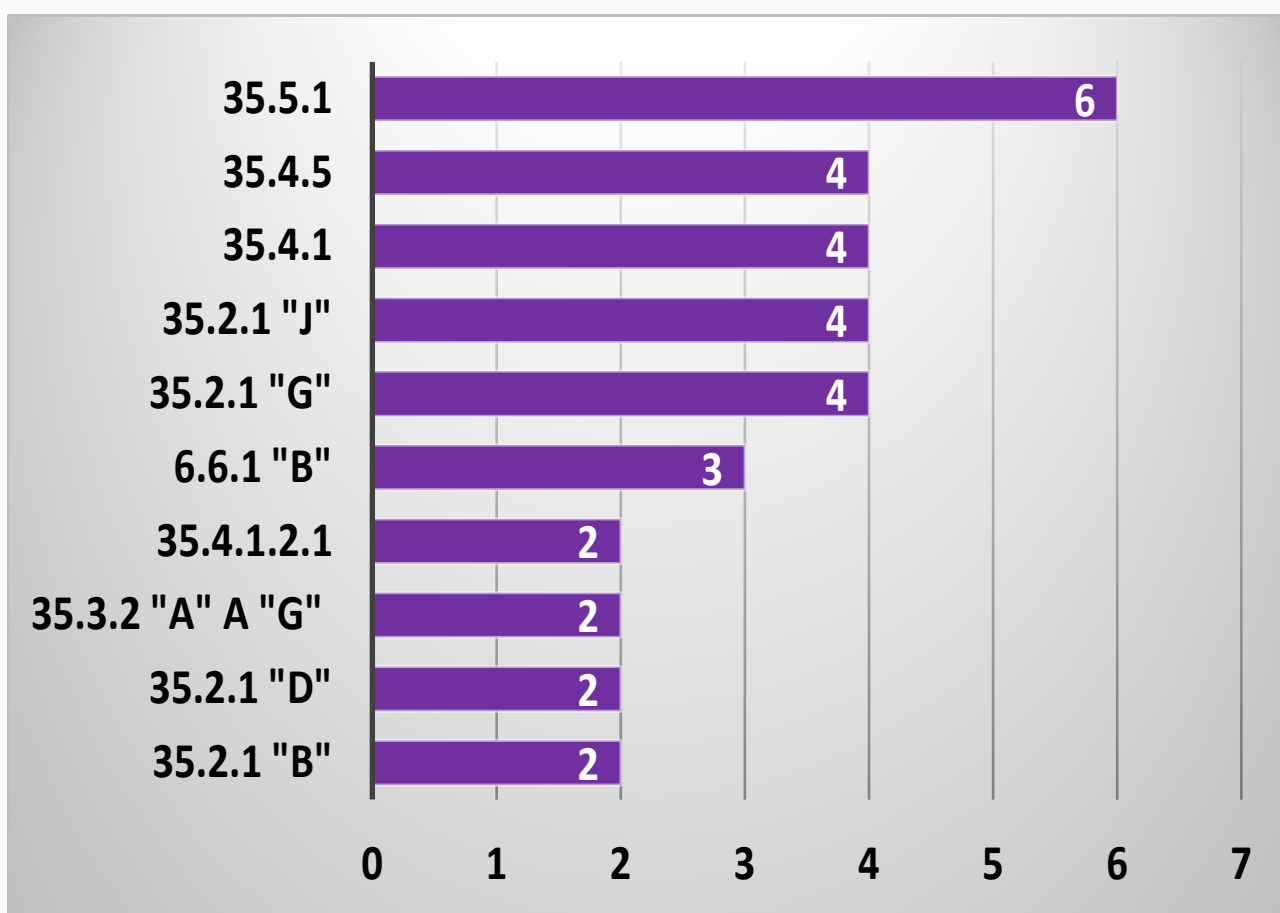
[CIRCULAR Nº 1.020, DE 16 DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 18/05/2023 Seção I Pág. 68) - Divulga versão atualizada do Manual de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 147, DE 15 DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 19/05/2023 Seção I Pág. 305) - Institui as diretrizes dos procedimentos para recuperação, abrangidas a restituição e a cobrança administrativa, dos valores creditados ou disponibilizados indevidamente, relativos ao período posterior ao óbito do titular de benefício previdenciário ou assistencial.

**RADAR**  
 TRABALHISTA

## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-fev):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE

**Interdição:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego. Os atos fiscais do MTE são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**35.5.1** É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR).

**35.4.5** Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco

**35.4.1** Todo trabalho em altura deve ser planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado.

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**j)** assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**g)** garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

**6.6.1** Cabe ao empregador quanto ao EPI: **b)** exigir seu uso;

**35.4.1.2.1** A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional do trabalhador.

**35.3.2** Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**d)** assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e das medidas complementares de segurança aplicáveis;

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**b)** assegurar a realização da Análise de Risco - AR e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho - PT;

**OBS.:** Informamos que as codificações utilizadas pelo Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE, nem sempre consideram as versões atuais das Normas Regulamentadoras, podendo indicar itens contidos em versões anteriores das normas de segurança e saúde no trabalho.

# EXPI **EXPEDIENTE**

---

## **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

## **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

## **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

## **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*